

AJ 23487

Comboios: processos de discriminação são transferidos à Seag

Todos os 164 processos de discriminação de terras da reserva biológica de Comboios foram transferidos da Delegacia de Terras de Linhares para a Secretaria da Agricultura, na última semana, pelo chefe da equipe de discriminação, Márcio Ramos, em função de pressões que estaria sofrendo e porque havia ameaças de que a Delegacia seria incendiada por possírios da referida área.

O assunto já foi comunicado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), que garantiu ontem, através de seu presidente, José Carlos Pitanga, a continuação dos trabalhos, além de uma reunião com o advogado Márcio Ramos para obter detalhes do fato. Pitanga não sabe ainda se a transferência dos documentos e as pressões foram em função da discriminação das terras ou possíveis problemas pessoais.

TRANSPIROU

O assunto transpirou ontem na Secretaria da Agricultura, sem maiores detalhes. Comentou-se apenas que Márcio Ramos, cuja função é a de dar parecer final em processos de discriminação de terras, foi ameaçado de morte e que a Delegacia de Terras seria incendiada para anulação dos processos concluídos ou em andamento.

A reserva de Comboios tem hoje 164 ocupantes, dos quais apenas dez possuem títulos de posse fornecidos pelo Governo do Estado após a sua criação em 1952/53. Por enquanto, ainda não se sabe o que será feito da reserva. Segundo José Carlos Pitanga, depois de estudos que determinem a sua utilidade biológica, três coisas podem acontecer:

Uma delas é sua extinção como reserva. Nesse caso, todos os ocupantes seriam titulados; outra opção é a de redução da reserva (atualmente com largura de cinco quilômetros, acompanhando o litoral). Se isso ocorrer, os ocupantes também serão titulados. Numa terceira hipótese, a de preservação da reserva, os ocupantes serão indenizados e retirados da área.

Pitanga afirmou ontem que pedirá uma reunião com o secretário da Agricultura, Belmiro Perini, e com o governador Elcio Álvares, para discutir o assunto, uma vez que o processo de discriminação da área de Comboios está em fase final. A situação criada na última semana, com a transferência dos documentos de Linhares para Vitória, não implica na paralisação dos trabalhos.

Segundo José Carlos Pitanga, outras áreas deverão ser discriminadas no Estado, onde existem cerca de 15 mil posseiros, "a maioria pobre". Essa situação fundiária precisa ser regularizada, admitiu. Até agora, já foram aplicados cerca de Cr\$ 1,2 milhão. Somente o Incra liberou, até ontem Cr\$ 500 mil, além de Cr\$ 250 mil que serão liberados no final dessa semana ou na próxima.

A discriminação de terras no Espírito Santo surgiu em decorrência de conflito entre agricultores e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1974, quando, através da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo, enviaram memorial ao ministro da Agricultura, solicitando lhes fosse concedida licença para continuar cultivando as áreas não regularizadas. A partir daí iniciou-se o processo.